



**CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL**  
**Ata da 149ª reunião, realizada em 16 de dezembro de 2020**

1 Em 16 de dezembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e  
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros  
5 titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão,  
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ariel Chaves  
7 Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
8 Abastecimento (Seapa); Rafael Augusto Fiorine, da Secretaria de Estado de  
9 Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildfonso Cunha Coutinho, da  
10 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Newton Reis de Oliveira Luz, do  
11 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);  
12 Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e  
13 Mobilidade (Seinfra); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais  
14 (PMMG); Hilcéia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e  
15 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas  
16 Gerais (ALMG); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Ministério do Meio Ambiente  
17 (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios  
18 (AMM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, da  
19 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Ana Paula Bicalho  
20 de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
21 (Faemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Hélcio  
22 Neves da Silva Júnior, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-  
23 MG); Henrique Damásio Soares, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da  
24 Fiemg; Lígia Vial Vasconcelos, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente  
25 (Amda); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);  
26 Rafael Maia Nogueira, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Luís  
27 Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Geraldo  
28 Majella Guimarães, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas  
29 Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta.** **1) HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
30 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael  
31 de Oliveira Trovão declarou aberta a 149ª reunião da Câmara Normativa e  
32 Recursal. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
33 Lucas Marques Trindade/Ministério Público do Estado de Minas Gerais: “Boa  
34 tarde a todos os colegas conselheiros, ao público que nos assiste. É uma  
35 satisfação integrar este Colegiado. Aproveito o espaço para colocar o Ministério  
36 Público à disposição de todos, assumindo o compromisso de atuar, de maneira  
37 firme, em prol da correta aplicação da lei, mas, evidentemente, sempre respeitoso

38 em relação a todos, aberto ao diálogo, como de praxe.” Presidente Yuri Rafael de  
39 Oliveira Trovão: “Seja bem-vindo, Dr. Lucas. Assim como o Dr. Francisco, o  
40 senhor tem toda a nossa admiração. É uma honra e um prazer tê-lo aqui. Nós  
41 sabemos que o senhor irá contribuir muito com esta Câmara. Considerando que  
42 ainda não publicado o ato, eu vou fazer da prerrogativa que nós temos no artigo  
43 38 do Regimento Interno: ‘Poderão ser convidados pelo presidente das estruturas  
44 colegiadas do COPAM para participarem das reuniões, com direito a voz e sem  
45 direito a voto, pessoas e instituições relacionadas a matéria constante na pauta.’  
46 Então eu estou convidando o Dr. Lucas para participar da nossa reunião conforme  
47 previsão do artigo 38 do nosso Regimento Interno.” Lucas Marques  
48 Trindade/Ministério Público do Estado de Minas Gerais: “Conquanto não  
49 publicado o ato público que me nomeia e os demais integrantes do Ministério  
50 Público para o Colegiado, já foi encaminhado à SEMAD o ofício respectivo com a  
51 nomeação. Em virtude de questões cronológicas mesmo, foi impossível fazê-lo  
52 anteriormente, dada a transição entre duas administrações, com a posse e  
53 exercício do novo procurador-geral de Justiça acontecendo na semana passada.  
54 Então eu gostaria que fosse computada a presença do Ministério Público como  
55 instituição. Em relação ao exercício do direito a voto, o Ministério Público já vem  
56 não exercendo esse direito por recomendação da Corregedoria. Não há qualquer  
57 prejuízo em relação a isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Doutor  
58 Lucas, o Regimento Interno, em relação a essa parte, não deixa muito claro. Em  
59 relação à presença, nós encaminharemos depois essa solicitação do senhor,  
60 iremos fazer uma consulta formal à AGE para ver essa questão de presença.  
61 Porque o Regimento não faz diferenciação da ausência, quando motivada ou não,  
62 fala somente em ausência. Embora o senhor esteja presente, ainda não tem o  
63 ato.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “É um prazer estar participando  
64 novamente das reuniões do COPAM, uma vez que tivemos bons contatos durante  
65 o período da CMI. Mas, representando o Conselho Regional de Engenharia, eu  
66 não, necessariamente, represento a entidade que está representada pelo colega  
67 Geraldo Majella, a Associação dos Engenheiros de Minas. A título de  
68 conhecimento da Presidência, nós estamos fazendo um rodízio de conselheiros,  
69 entre o titular, que sou eu, e os dois suplentes, Cláudio e Antônio Geraldo, de  
70 maneira que cada um possa ter a oportunidade de se manifestar em nome do  
71 Conselho de Engenharia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. É um  
72 prazer tê-lo conosco.” **4) EXAME DA ATA DA 148ª REUNIÃO**. Aprovada por  
73 unanimidade a ata da 148ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada  
74 em 25 de novembro de 2020, com as seguintes alterações: – Linhas 136 a 139,  
75 nova redação: “Tanto o decreto de cobrança e as questões relativas à cobrança  
76 em nenhum momento serão pautados nesta Câmara do COPAM. Essas  
77 competências estão na Política Estadual de Recursos Hídricos, e não na Política  
78 Estadual de Meio Ambiente.” – Linha 363, onde está escrito ‘Carolina Miranda  
79 Lopes de Almeida’, leia-se ‘Ana Carolina Miranda Lopes de Almeida’; – Linha 365  
80 a 374, realizar ajustes de redação conforme solicitado pela Secretaria Executiva.

81 – Linha 189, onde está escrito “e também contrário”, leia-se “e também voto  
82 contrário”; – Linha 190, onde está escrito “Nos”, leia-se “Nós”. Votos favoráveis:  
83 Seapa, Sede, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Fiemg, Faemg,  
84 Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda, Mover, Uemg, Ufla e  
85 Assemg. **5) MUNICIPALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: CURSO**  
86 **EAD - DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.**  
87 **Apresentação: SEMAD.** Geovana Santos/SEMAD fez apresentação sobre  
88 descentralização do licenciamento ambiental. O conteúdo da exposição foi  
89 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Licínio Eustáquio  
90 Mol Xavier: “Nós tivemos, na eleição passada, em 15 de novembro, 356 novos  
91 gestores municipais. Provavelmente, aqueles secretários que participaram do  
92 curso com a Geovana e equipe da SEMAD, uma parcela grande não vai retornar  
93 ao quadro de funcionários municipais. Atualmente, os secretários de meio  
94 ambiente, de pecuária, agricultura, de obras, que respondem pelo meio ambiente  
95 municipal, são indicados pelo prefeito. Nessa troca de prefeito, eu pressuponho  
96 que esses secretários deverão ser trocados. A Geovana fala de revitalização do  
97 curso no final do primeiro semestre. Está previsto pelo nosso presidente o nosso  
98 Congresso Mineiro de Municípios, e eu queria fazer um convite à SEMAD para  
99 fazer uma capacitação para esses novos gestores que estão entrando agora, os  
100 novos secretários, dentro do nosso congresso. Para tanto, eu abro espaço para  
101 vocês, dentro do congresso, de três dias inteiros, para tal fim. Então fica feito o  
102 convite da AMM para que sejamos um parceiro efetivo nessas intenções  
103 propostas pela Geovana. O nosso congresso está previsto, a princípio, presencial,  
104 no Expominas, na última semana de abril. Então fica nosso convite para a  
105 Geovana, para a sua pessoa (o presidente da CNR) e a secretária de Meio  
106 Ambiente, Dra. Marília.” Geovana Santos/SEMAD: “Agradecemos muito o convite.  
107 Muito obrigada pela oportunidade. Vai ser muito proveitoso trabalharmos juntos.  
108 Aproveito até para indicar também que, devido à troca de gestores, nós vamos  
109 encaminhar um material de nivelamento sobre a importância da educação  
110 ambiental, situar sobre o que assumido pelo município.” Conselheira Lígia Vial  
111 Vasconcelos: “Primeiro, parabenizar. Nós discutimos há muitos anos essa  
112 questão de descentralização de licenciamento dentro do COPAM. É uma  
113 competência originária, e eu acho que a SEMAD tem que avançar. E por isso eu  
114 parabenizo pelo projeto que vocês estão apresentando. Eu acho que ainda tem  
115 muito a avançar, mas, com certeza, é um grande começo, um importante trabalho.  
116 Mas eu queria só lembrar que, quando falamos em descentralização – apesar de  
117 você ter citado os dados e de ter muito sucesso o programa –, na ponta e na  
118 prática – o Licínio sabe disso –, nós vemos que a situação ambiental dos  
119 municípios é muito difícil, e essa capacitação não é fácil. Quando trabalhamos  
120 diretamente com os municípios, temos visto na prática que o licenciamento é  
121 fraco, com diversas infrações ambientais, falta cobrança das compensações  
122 mínimas dentro do licenciamento. Quando fazemos um pente-fino, infelizmente,  
123 vemos muito problema no licenciamento ambiental. Além da competência

124 originária, quando o Estado delega competência para atividades que  
125 originalmente seriam de competência do Estado, ele faz um convênio com o  
126 município. Lembrar, por exemplo, que nós estamos tentando com a SEMAD que  
127 apresente os relatórios de auditoria desses convênios de alguns municípios, há  
128 muito tempo, e não conseguimos a informação desses dados. E apresentando  
129 exemplos práticos de falha em licenciamento, inclusive de municípios abrangidos  
130 por Mata Atlântica, com grande cobertura de Mata Atlântica, bioma altamente  
131 ameaçado de extinção, municípios que estão pleiteando também competência  
132 para supressão de Mata Atlântica. Como eu disse, é muito importante, eu acho  
133 que o caminho é esse, nós sempre cobramos muita capacitação dos municípios.  
134 Eu acho que só assim nós vamos conseguir avançar. Mas lembrar que ainda falta  
135 muito e que tem muito gargalo ainda nessa questão de descentralização de  
136 licenciamento, principalmente no que se refere a delegação de competência  
137 originária da SEMAD para esses municípios, e daí a fiscalização e a atuação da  
138 SEMAD junto a esses municípios aos quais foi delegada a competência. Então eu  
139 só queria deixar esse comentário, mas, de qualquer forma, parabenizar o trabalho  
140 de vocês.” **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM PARA EXAME  
141 E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação Normativa COPAM que altera  
142 a Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017.**  
143 **Apresentação: SEMAD.** Minuta de deliberação normativa retirada de pauta pela  
144 Presidência após apresentação pela SEMAD. A Presidência solicitou que os  
145 conselheiros aproveitassem a retirada de pauta para apresentar, na próxima  
146 reunião, eventuais contribuições para aprimoramento da norma. Manifestações  
147 registradas após a exposição da minuta de DN pela SEMAD. Presidente Yuri  
148 Rafael de Oliveira Trovão: “Inicialmente, eu quero agradecer ao Fernando  
149 (Baliani, da SEMAD) pela brilhante apresentação. Eu acho que a condição que  
150 nós discutimos em relação à decisão apropriada sobre as vistas ou não foi até  
151 providencial. Porque eu acho que agora os conselheiros tiveram chance da  
152 apresentação feita pelo Fernando, de forma muito elucidativa, com quadro  
153 comparativo, colocando o que foi alterado, a exposição dos motivos, que se tratam  
154 de alterações normativas muito bem-feitas, requeridas seja pelas Câmaras  
155 Técnicas Especializadas ou seja por normas supervenientes. Então agora os  
156 senhores conselheiros têm a possibilidade de ter vista da norma com o  
157 comparativo, com a motivação de cada item que foi alterado. Eu peço, mais uma  
158 vez, que tratem este momento de retirada de pauta como vista, que não solicitem  
159 vista, a não ser que seja estritamente necessário na próxima reunião. E abro para  
160 o debate dos senhores conselheiros. Eu vou tratar esse processo como se tivesse  
161 mesmo sendo encaminhado para votação, nós iremos, se possível, exaurir as  
162 discussões. Alguns conselheiros que queiram vista, obviamente, é porque têm  
163 alguma proposta alternativa a ser feita em relação à norma, mas, para aqueles  
164 que não têm, o momento é de debater e esclarecer, até mesmo para ganharmos  
165 tempo nesta reunião e ganhar mais tempo na reunião seguinte, debatendo só  
166 aquilo que os conselheiros iriam trazer de vista, arredondar e votar essa

167 deliberação. Então em discussão, senhores conselheiros. Alguma ponderação a  
168 ser feita?” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Eu acho que seria  
169 providencial, presidente, que a apresentação fosse disponibilizada e que a nossa  
170 minuta de DN também fosse disponibilizada, porque nós vemos, pela  
171 apresentação, que um ou outro ponto já foi alterado em relação à minuta  
172 disponibilizada. Fora isso, eu tenho um questionamento. Por vezes, coloca-se  
173 alguma atividade em alguma listagem industrial ou em alguma outra listagem de  
174 A a F, por exemplo, indústria alimentícia, alguma atividade que, de forma similar,  
175 é desenvolvida pelo agro, mas com finalidade totalmente diferente. Por exemplo,  
176 no agro, o produtor rural vai ter uma eventual moagem de grãos, alguma situação  
177 dessa colocada, mas é muito diferente de uma indústria cujo negócio é esse, uma  
178 indústria alimentícia cujo negócio é esse, com o propósito comercial. Muitas  
179 vezes, são usados os próprios animais da fazenda. Então eu acredito que não  
180 deve haver uma possível confusão, isso tem que ter um esclarecimento, porque  
181 senão as atividades do agro vão estar sujeitas a múltiplas listagens, como em  
182 alguns casos já tem Supram que cobra. No nosso entender, isso é muito  
183 complicado. Porque aí tem os custos da listagem G, os custos de outra listagem,  
184 que são custos completamente diferentes dos custos do agro. E nós temos custos  
185 diferenciados por um motivo. Isso foi, à época, amplamente discutido. E se tira  
186 tudo isso que foi discutido, em função de entrada em outra listagem. Então eu  
187 queria pedir essa atenção, esse esclarecimento. E, realmente, quando é situação  
188 para atender à propriedade rural, jamais deve entrar em outra listagem. Isso é  
189 muito complicado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos supor, uma  
190 moagem, uma pessoa que faz isso com fins comerciais, para vender, faz a  
191 moagem de 1 tonelada de milho por dia – uma suposição – para venda; e um  
192 grande fazendeiro faz essa moagem de 1 tonelada dentro da fazenda para  
193 consumo próprio. A capacidade de degradação e poluição, seja para venda, seja  
194 para uso próprio, é a mesma. Então é por isso que, às vezes, mesmo na atividade  
195 agrossilvipastoril, tem que citar aquela atividade de moagem que é desenvolvida,  
196 dentro do mesmo parâmetro. Porque a capacidade, seja para venda, comercial,  
197 seja para consumo próprio, é a mesma. Então por isso que deve realmente listar,  
198 conforme o decreto exige, todas as atividades desenvolvidas no  
199 empreendimento.” Fernando Baliani da Silva/SEMAD: “Eu entendi o  
200 questionamento da conselheira, achei pertinente. No entanto, essa atividade tem  
201 uma característica. Primeiro, tem um corte interessante de não passível de 5  
202 toneladas/dia de produto. Aqui já temos um corte que, no meu entender, já tira do  
203 rol pequenos proprietários, produtores, como ela falou. E ainda que tenha uma  
204 capacidade superior e esteja submetido ao licenciamento ambiental, essa  
205 atividade tem potencial geral P. Isso implica que ele nunca vai ter uma modalidade  
206 diferente de LAS. Por mais que se tenham critérios locacionais e tudo mais, eu  
207 não consigo vislumbrar um problema relacionado a uma taxa mais elevada, sendo  
208 que ele poderia ter uma atividade de tipologia G – suinocultura, por exemplo –,  
209 mas uma fábrica de ração com uma capacidade que o traria para uma classe

210 maior. Eu não vejo possibilidade de isso acontecer, haja vista o fato de todo  
211 empreendimento nessa atividade de formulação de rações ser passível de  
212 Licenciamento Ambiental Simplificado.” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Eu  
213 queria só destacar lembrando que a classe do empreendimento se dá pela classe  
214 de maior porte daquelas listadas pelo empreendimento que são passíveis de  
215 licenciamento. Apenas fortalecendo tudo isso que o Fernando colocou agora de  
216 que o empreendimento que tem diversas atividades sendo realizadas, e, no caso  
217 aqui da formulação de rações, em que o geral é P, e, como o próprio Fernando já  
218 disse, está sujeito a licenciamento LAS, então, possivelmente, isso vai mudar a  
219 classificação do empreendimento, se ele já for passível de licenciamento por  
220 outras tipologias.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O decreto, assim  
221 como a DN, exige que ele cite todas as atividades desenvolvidas, e ele será  
222 classificado naquela de maior porte e potencial poluidor.” Conselheira Ana Paula  
223 Bicalho de Mello: “Só para agregar, eu mencionei também a questão dos custos  
224 de análise, que são diferenciados para a listagem G. Isso tem justificativas, já foi  
225 amplamente discutido. E quando a pessoa coloca uma atividade em outra classe  
226 o que acontece? Ela tem que pagar os custos de análise daquele licenciamento  
227 da listagem G – uma fazenda que tem diversas atividades rurais – e entrar nos  
228 custos de análise também de atividade industrial. Então, nem seja uma  
229 diferenciação, para que os custos, quando se trata de uma fazenda, sejam  
230 ressarcidos pelos custos da listagem G e ponto. A não ser que a maior classe seja  
231 da outra listagem. Aí, obviamente, não vai ser mais a listagem G que vai ‘puxar o  
232 carro’. Mas quando é a listagem G que ‘puxa o carro’, aquela atividade  
233 desenvolvida nas fazendas, que os custos sejam referentes apenas à listagem G.  
234 Porque senão se perde toda uma discussão que foi feita no passado, toda uma  
235 conquista que tivemos no passado, muito discutida, e aí a pessoa ainda tem que  
236 pagar duas vezes. Sendo que é superior ainda aos custos da listagem G. Eu  
237 queria chamar atenção para isso, se é no texto, se em algum lugar da DN, em  
238 algum momento, isso tem que se deixar claro, para que não ocorram, inclusive,  
239 cobranças indevidas.” Fernando Baliani da Silva/SEMAD: “Conselheira, eu não  
240 tenho essa preocupação, pelo seguinte fato. Esse empreendimento de  
241 formulação de rações seria, no máximo, classe 2. Pelo que eu me lembre, as  
242 atividades de suinocultura, por exemplo, ou culturas anuais perenes, pelo seu  
243 porte e potencial poluidor, seriam, facilmente, no mínimo, empreendimentos  
244 classe 2; não teria a possibilidade de serem empreendimentos classe 1.  
245 Complementando o que o senhor subsecretário muito bem nos trouxe aqui, que  
246 nos rememorou, os empreendimentos que tiverem a mesma classe vão definir  
247 qual é a razão de existir deles, se é um empreendimento ou atividade agrossilvi  
248 ou se é atividade industrial para formulação de rações. Fazendo isso, implicará  
249 que o licenciamento será submetido às taxas pertinentes à tipologia  
250 agrossilvipastoril, a tipologia G. Eu não tenho essa preocupação, mas, dada a sua  
251 colocação, e considerando que nós vamos fazer um retorno para a próxima pauta,  
252 podemos trazer – com a licença de vocês e do presidente – uma apresentação

253 fazendo uma simulação para ficar mais claro para você e os demais conselheiros  
254 no momento de deliberação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
255 “Considerando o que a Ana Paula colocou, talvez seria interessante colocar uma  
256 planilha com a ponderação sobre quais atividades poderiam. É um pouco difícil,  
257 pois são centenas de atividades, mas, pelo menos, aquelas mais usuais que estão  
258 na classe G, que são de outras atividades, para ver qual o custo, se realmente  
259 teria isso. Igual nós estávamos aventando aqui a possibilidade, se ele produz  
260 ração, mas para consumo próprio, e desenvolve uma atividade agrossilvipastoril;  
261 se a atividade é suinocultura ou bovinocultura, por exemplo, ele vai colocar como  
262 atividade principal. Então as taxas seriam da classe G, e não dá outra classe de  
263 atividade, industrial.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Só uma  
264 consideração no sentido de que, na hora em que for feita a revisão, verificar a  
265 expressão, que, para mim, é mais apropriada. É a sugestão que estou  
266 apresentando. É exatamente o texto que está colocado. Inclusive, no chat, eu  
267 endereço a minha sugestão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Onde  
268 está o texto ‘em face a’, colocar ‘em face de’ ou ‘em face da’. Essa seria a  
269 sugestão de alteração. Mais algum conselheiro? Não há nenhuma dúvida ou  
270 alguma questão que queiram que seja colocada? Então, mais uma vez, Fernando,  
271 muito obrigado pela apresentação. Eu acho que foi muito elucidativa, e nós  
272 ganharemos tempo, na próxima reunião, com apresentação feita e a  
273 disponibilização de todo o material.” José Balbino Maia de Figueiredo/Sindicato  
274 das Indústrias de Rochas Ornamentais: “Primeiro, parabenizar a todos,  
275 cumprimentar a todos os presentes. A respeito do item da pilha de rejeito para  
276 rochas ornamentais, gemas, o item A0504-6. Esse item vem compensar uma  
277 grande injustiça que foi feita até hoje ao meio ambiente. Meu nome é Balbino, eu  
278 sou presidente do Sinrochas, Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais,  
279 vice-presidente da Fiemg, sou minerador de granito. A nossa preocupação, muito  
280 grande, principalmente aqui no Vale do Jequitinhonha, é que a grande maioria  
281 das pessoas que mineram gemas são pessoas mais simples. São atividades  
282 muito pequenas e estavam sendo colocadas para licenciamento da pilha de rejeito  
283 como grande, e isso estava tendo um problema muito grande. Porque a grande  
284 maioria não fazia o licenciamento. Isso é ruim para a fiscalização, é péssimo para  
285 o meio ambiente, péssimo para a competitividade, o governo deixa de receber.  
286 Então vem consertar uma injustiça muito grande que foi feita, não de hoje, mas  
287 de mais tempo atrás. E parabenizar o corpo técnico da SEMAD que fez esse  
288 estudo e que está realmente colocando em boa hora. Isso vai fazer com que todo  
289 o setor de gemas no Estado de Minas Gerais, que é o maior produtor de gemas  
290 do Brasil, entre para a legalidade. Não vai existir mais nenhum motivo para que a  
291 pessoa ou o empreendedor ou a empresa posso justificar dificuldade em  
292 licenciamento devido aos custos ou a qualquer coisa assim. Então é a maior  
293 importância. Agora uma coisa que eu gostaria de colocar aqui, para nós que de  
294 vez em quando participamos da reunião do COPAM. Eu acredito que todos os  
295 conselheiros têm bagagem, instrução suficiente para chegar a uma reunião como

296 esta de hoje e já votar o que está sendo colocado em pauta. Me deixa muito triste  
297 ver que, antes das explicações, antes de serem colocados todos os detalhes do  
298 que está sendo votado, já pediram vista ao processo. Eu acho que todo mundo  
299 tem capacidade de fazer o mais rápido possível, e Minas precisa disso, nós  
300 precisamos disso, principalmente com essa nova tendência – a lei está aí – para  
301 o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que o grande  
302 guardião do cumprimento das leis, que é o Ministério Público, também apoie isso  
303 e faça com que as leis e as normas sejam cumpridas a rigor, sendo mais rápido.  
304 Então, de repente, pode ser que todos resolvam votar agora, e aí seria muito bom,  
305 andaria muito rápido para todos os setores da indústria e de outros segmentos.  
306 Então agradeço a todos pela palavra, parabenizo do Yuri, o Anderson, que tem  
307 tido um belíssimo trabalho na Subsecretaria de Regularização.” Presidente Yuri  
308 Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação e volto ao Conselho. Mais  
309 alguma manifestação? Então, mais uma vez, muito obrigado ao Fernando, muito  
310 obrigado ao Dr. Anderson, pelos esclarecimentos e pela brilhante e elucidativa  
311 apresentação. Lembrando que a apresentação vai ficar disponível para os  
312 senhores conselheiros. O Fernando já disponibilizou o e-mail dele. Qualquer  
313 dúvida, qualquer sugestão, antecipem à equipe para que ela possa trazer, no  
314 momento da nossa reunião, as respostas. Lembrando mais uma vez que, embora  
315 não se trate de vista, em que, obrigatoriamente, pelo Regimento Interno, volta na  
316 próxima reunião, eu vou solicitar à Secretaria Executiva, que traga essa  
317 Deliberação para a próxima reunião.” Conselheiro Rafael Maia Nogueira: “Só um  
318 questionamento. Como não se trata de um pedido de vista, o nosso relatório  
319 encaminharemos e vai ser anexado da mesma forma? Porque eu ia pedir vista,  
320 de qualquer forma, porque já vinha pedindo nas outras reuniões. Quando se  
321 mandasse uma proposta de DN, mandasse também uma nota técnica, uma  
322 apresentação, para fazermos um estudo prévio. Eu ia fazer o pedido, mas, como  
323 você retirou de pauta, não faz sentido mais. Mas, tendo elaborado uma nota  
324 técnica, podemos encaminhar para ser disponibilizada?” Presidente Yuri Rafael  
325 de Oliveira Trovão: “Vamos fazer o seguinte. O mesmo caso se fosse pedido de  
326 vista: encaminhar, também para dar possibilidade à Secretaria Executiva de  
327 disponibilizar esse material no site. Porque eu falo que todo material encaminhado  
328 nós iremos disponibilizar, e às vezes a pessoa disponibiliza um dia antes da  
329 reunião. Aí a secretaria, com todo o andamento que faz para preparar a reunião  
330 – o que não é pouco trabalho –, não consegue estabelecer um prazo adequado  
331 para o parecer de vista. Então vamos fazer o seguinte. Para aqueles conselheiros  
332 que tiverem alguma sugestão de alteração ou manifestação que disponibilizarem  
333 no prazo regimental, ou seja, no prazo de cinco dias – em relação às vistas –, eu  
334 solicito à secretaria que disponibilize no site essa nota técnica feita pelo  
335 conselheiro. Então vamos obedecer ao mesmo prazo de vista, ou seja, cinco dias  
336 antes da nossa reunião. Os conselheiros que disponibilizarem à secretaria uma  
337 nota técnica, nós a disponibilizaremos no site, como fosse em um pedido de vista.”  
338 Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Presidente, só agradecer o seu apoio e a

339 deferência apresentada aqui pelo José Balbino, do Sinrochas, e me colocar à  
340 disposição do Conselho. Caso queiram discutir alguns dos pontos da norma antes  
341 da reunião que irá acontecer em janeiro, eu e o Fernando, assim como toda a  
342 equipe da Suram, estamos à disposição na SEMAD.” **7) PROPOSTA DE**  
343 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA NORMATIVA E**  
344 **RECURSAL (CNR) DO COPAM EM 2021. Apresentação: SEMAD.** Aprovada  
345 por unanimidade a agenda de reuniões da Câmara Normativa e Recursal para  
346 2021, nos termos da proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis:  
347 Seapa, Sede, Segov, Crea, Seinfra, PMMG, ALMG, MMA, AMM, Fiemg, Faemg,  
348 Ibram, CMI, Conselho da Micro e Pequena Empresa, Amda, Mover, Uemg, Ufla e  
349 Assemg. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados,  
350 o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e  
351 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

352  
353 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

354  
355  
356 **Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
357 **Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal**